

Estará a Europa de Nice à Altura?

Álvaro de Vasconcelos

O multilateralismo depende em larga medida da União Europeia, mais ainda depois da mudança governamental americana. Será que a Cimeira de Nice preparou a União Europeia para assumir um papel decisivo nos negócios do mundo neste século XXI que principia? E o que nos revelam as reacções ao "síndrome dos Balcãs"?

Com a sua inevitável carga milenarista, o ano de 2000 foi propício às reflexões sobre o futuro do sistema internacional. Foi este, também, o debate que dominou a Conferência Internacional de Lisboa, comemorativa dos 20 anos do IEEI, que tratou o tema do multilateralismo no século XXI.

Confirmar-se-á nesta primeira década a unipolaridade americana, sob a forma benigna ou não de hegemonia da superpotência democrática? Ou aparecerão novos centros de poder de magnitude semelhante ao norte-americano, com a emergência por exemplo da China ou a transformação da União Europeia numa superpotência, configurando-se assim o mundo multipolar de que fala Helio Jaguaribe? Agravar-se-á o fosso entre países ricos e pobres ou será a anarquia de Estados em desintegração em que vive a África subsariana o trágico prenúncio dos anos que aí vêm mesmo nos países que hoje aliam a democracia à prosperidade?

A todas estas hipóteses há que acrescentar uma outra que depende menos da afirmação do poder dos Estados ou das consequências da sua fraqueza e mais de um reforço do multilateralismo e da supranacionalidade, dos limites à soberania absoluta dos Estados impostos por normas comuns. A União Europeia constitui o exemplo mais avançado de supranacionalidade e o grau de probabilidade de consolidação do multilateralismo nas próximas décadas depende muito do rumo da construção europeia no futuro próximo. Não é provável nem desejável que a União Europeia se venha a transformar num super-Estado parte de um sistema multipolar, instável, de equilíbrio de poderes.

Mas o facto de a União não ser, nem pretender vir a ser, uma superpotência no sentido tradicional do termo não significa que não seja já um actor internacional influente, um gigante económico e comercial, fonte de inspiração de projectos regionais como, na América Latina, o Mercosul ou, no Sudeste Asiático, a ASEAN. Mas para que o projecto multilateral tenha sucesso, não basta à União consolidar a democracia no continente, objectivo essencial e ponto central do seu poder de atracção e influência sobre terceiros. A União tem de pesar muito mais nos assuntos do mundo, tem de criar laços fortes com os outros grupos regionais, tem de ter um papel decisivo nas crises na sua periferia, como no Médio Oriente ou na Argélia, e não pode além disso continuar a fazer cooperação para o desenvolvimento com África como se o seu sucesso não dependesse da paz e da democracia.

Para a afirmação do multilateralismo, como aliás de qualquer outro projecto global, é indispensável a participação dos americanos, pelo seu peso político, económico e militar, mas também pela influência dos seus órgãos de informação ou das suas organizações não governamentais. "Multilateralizar" os Estados Unidos é pois um objectivo essencial.

A estranha vitória de George W. Bush, nomeado pelos tribunais, virá muito provavelmente diminuir ainda mais o empenhamento multilateral dos Estados Unidos, aumentando as responsabilidades da União Europeia. Não se pense no entanto que o menor empenho dos Estados Unidos na segurança internacional,

incluindo a europeia, é favorável ao desenvolvimento da Europa da defesa. A presidência de Clinton, a mais pró-europeia desde Kennedy, foi um factor positivo na criação do euro e na iniciativa britânica que lançou a defesa europeia. De todas as incógnitas que pairam sobre o futuro do sistema internacional, a europeia é a mais decisiva.

Mas terá a Cimeira de Nice preparado a Europa para enfrentar tantos e variados desafios? A resposta só pode ser, infelizmente, negativa. As leituras optimistas ou pessimistas da cimeira são feitas em função de contabilizações do aumento ou da diminuição do peso do Estado respectivo na balança europeia. As análises do sucesso ou do insucesso do Conselho que encerrou a presidência francesa não tomam por base o facto de este ter ou não ter contribuído para democratizar, tornar mais transparente e participativo o sistema de decisão da União ou para a dotar das políticas e das instituições necessárias para poder agir no mundo. A renacionalização anunciada da política europeia foi o espectáculo de Nice. Há que aguardar agora e durante quatro anos a nova conferência intergovernamental para esperar ou desesperar de que esta tendência seja contrariada. Mas o debate, esse, não pode esperar e tem de recomeçar desde já.